



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional

## O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIA(S) E O SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE REVISITAÇÃO CRÍTICA.

Glauco Pereira de Oliveira e Braga<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo pretende refletir sobre elementos constitutivos do trabalho social com família (TSF) no âmbito do Serviço Social, a partir de uma revisão bibliográfica em face de uma revisão crítica da temática. O debate do TSF na perspectiva histórico-crítica é fundamental para lançar à luz da totalidade histórica uma temática bastante presente no exercício profissional do Serviço Social.

**Palavras-chaves:** Trabalho Social com Famílias. Serviço Social. Exercício profissional.

**Abstract:** The article intends to reflect on constitutive elements of social work with family (SWF) within the scope of Social Work, based on an bibliographical review in the face of a critical review of the theme. The SWF debate in the historical-critical perspective is fundamental to throw in light of the historical totality a thematic quite present in the professional practice of Social Work.

**Keywords:** Social work with families. Social work. Professional practice.

### Introdução

A família se constitui em um campo hodierno de discussão na cena contemporânea do Serviço Social na medida em que se incorpora nas diretrizes e concepções de diversas políticas e programas sociais pelos quais perpassa o exercício profissional. Conforme Barros et al. (2012, p.30), “o que nos parece inquestionável, e a literatura não tem dúvida em afirmar, é a continuação/consolidação hoje da família como uma instância fundamental na elaboração das políticas sociais”. O presente estudo considera a concepção de família sendo definida

[...] em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família. (BIROLI, 2014, p.7).

A conjuntura que demarca a vinculação da família à política social contemporânea é caracterizada pelo ideário neoliberal presente no direcionamento de programas sociais que responsabiliza as famílias da classe trabalhadora perante as expressões oriundas da relação desigual entre capital e trabalho. Desloca-se a discussão da responsabilidade de

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: glbraga7@gmail.com.

proteção social do Estado para a família por meio de políticas sociais que são fundamentais no processo de acumulação do capital, no desenvolvimento do capitalismo financeiro e na manutenção do capital diante de sua crise estrutural. Conforme Netto (1996, p.32), o redimensionamento do Estado burguês no capitalismo monopolista “em face da questão social simultaneamente corta e recupera o ideário liberal – corta-o intervindo através de políticas sociais; recupera-o, debitando a continuidades suas sequelas aos indivíduos por elas afetados”.

O assistente social, segundo Iamamoto (2009b), historicamente vinculado à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição, principalmente a partir do processo de municipalização, é requisitado para “atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais” (IAMAMOTO, 2009b, p.367). Estando vinculados diretamente em diversos âmbitos como execução, gestão, planejamento e avaliação de programas e políticas sociais, os assistentes sociais se deparam corriqueiramente, em seu exercício profissional, com questões voltadas ao âmbito do trabalho social com famílias.

Hoje, o debate de família e, principalmente, do trabalho social com famílias no Serviço Social, em estágio progressivo de desenvolvimento pela categoria profissional, tem provocado e recebido uma maior atenção, principalmente pela temática ter sido mais problematizada na profissão, através da inserção da família como referência na política social, por movimentos sociais que abordam temas transversais à discussão da família, pela crescente produção em torno da temática e da criação de núcleos que discutem a relação entre família, gênero, política social e trabalho.

É fundamental a revisão e a sistematização de elementos constitutivos do trabalho social com famílias no contexto do Serviço Social, principalmente com o objetivo de se conceber a dimensão interventiva profissional e promover conhecimento da realidade social que envolve as famílias da classe trabalhadora. Suscita-se nesse sentido uma necessária revisitação constante ao tema permitindo a construção do conhecimento perante os elementos que caracterizam os processos de trabalho coletivos que reproduzem consequências na realidade social e no cotidiano das famílias.

A discussão sobre os fundamentos do trabalho social com famílias é fundamental para lançar à luz da totalidade histórica uma temática bastante presente no exercício profissional do Serviço Social. Um apontamento que corrobora para substanciar a importância do presente estudo é que ele se constitui em uma ferramenta teórico-crítica para subsidiar o planejamento do processo de trabalho do assistente social bem como

outros trabalhadores e promover o questionamento do direcionamento das ações profissionais. Enquanto processo de trabalho, “o Trabalho Social com Famílias não é dado a priori. Ele se desenvolve, de forma coletiva, por meio de um conjunto de ações profissionais que envolve diferentes profissionais, serviços e instâncias políticas e administrativas” (MIOTO, 2016, p. 16).

De maneira geral, o objetivo do artigo consiste em refletir sobre elementos constitutivos do trabalho social com famílias no âmbito do Serviço Social, apreendidos a partir de uma revisão bibliográfica em face de uma revisitação crítica do tema considerando a problematização teórica do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social<sup>2</sup>. Almeja-se, assim, contribuir para a construção do campo de conhecimento sobre a temática e problematização do trabalho profissional.

No primeiro item do artigo pretende-se caracterizar de forma aproximativa o trabalho social com famílias, com ênfase na relação com a política de assistência social, e apresentar brevemente os processos profissionais vinculados a ações profissionais no âmbito do Serviço Social. No segundo item se estabelece a relação do trabalho social com famílias e a profissão problematizando o direcionamento da ação profissional com essas famílias e a apreensão crítica para se conceber o trabalho profissional do assistente social. Ao final, serão expostas as considerações finais tendo em vista a finalidade do trabalho.

### **Trabalho social com família(s): definições**

O Trabalho social com família fundamenta-se primordialmente no período da promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, momento em que há uma abertura democrática na conjuntura política brasileira. A assistência social, por exemplo, assume legalmente condição de direito e os movimentos sociais questionam projetos societários vigentes tensionando as bases do governo autocrático e a regulamentação de direitos sociais. Nesse sentido, o trabalho social com famílias adquire destaque a partir de cada regulamentação social, constituindo-se, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), como:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de

---

<sup>2</sup> Serviço social e trabalho com famílias: apontamentos para o debate. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Serviço Social. Florianópolis. 2013.

proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. (MIOTO, 2016, p. 11).

De forma panorâmica, conforme Mioto (2016, p. 16), o trabalho social com famílias,

se processa na intercessão entre política social, serviços sociais, trabalho em serviços, família e sociedade. Trata-se de um processo eivado de tensões considerando que a política social é um campo contraditório de disputas de interesses e projetos políticos divergentes e que os serviços expressam toda a ordem de tensões, pois são os lugares privilegiados de materialização da política social.

Conforme aponta Mioto (2016, p. 15), no âmbito da discussão da assistência social: “[...] entende-se o TSF como um processo de trabalho que se desenvolve no campo da política social, desencadeado a partir de demandas postas por usuários aos serviços socioassistenciais e que tem como referência a família”. As demandas apresentadas são permeadas por expressões da desigual relação entre o capital e trabalho, carregam expressões da questão social e apresentam necessidades do imediato da vida cotidiana.

Apesar do estabelecimento dos direitos sociais e do descaminho construído da lógica do assistencialismo, certos aspectos, como as condicionalidades das políticas sociais, tendem a reforçar um caráter paternalista do Estado e culpabilizar a família pelo não cumprimento das condicionalidades. Dessa forma, o trabalho “social” com famílias exige uma ação profissional e análise de conjuntura por meio da apreensão de aspectos culturais, históricos, políticos e econômicos que permeiam a realidade social. Se tomado de forma a desconsiderar os fatos citados se torna apenas um “trabalho com família”, uma ação assistencialista-funcionalista, sem as devidas mediações sócio-históricas, sem o social em questão.

Ao discorrer sobre a inclusão do Trabalho Social com Famílias no âmbito do PNAS, Mioto (2016, p. 17) aponta que esta inclusão

está marcada por inovações importantes e no campo de suas proposições visa articular o caráter protetivo, preventivo e proativo nos serviços socioassistenciais na lógica de integralidade da atenção. Nessa concepção, a expectativa é que o TSF, além de estruturar-se com equipes de referência de caráter interdisciplinar, seja balizado pela integração entre os diferentes níveis de proteção e pela intersetorialidade.

As famílias usuárias de serviços sociais, seja da assistência social, saúde, habitação e outras políticas em que atividades profissionais com famílias se fazem presentes, estão vinculadas simultaneamente a diversos programas sociais. Assim, o trabalho social com elas carrega consigo um potencial de mediação interesetorial das políticas sociais, pois permite se compreender a relação delas com essas políticas e potencializar ações que

criem pontos de conexão entre as políticas sociais tão fragmentadas na conjuntura brasileira para além do território. Apesar dos serviços serem construídos balizados na perspectiva de território, delimitados conforme a legislação e proposta dos serviços, as famílias se constituem e organizam para além do território. A relação entre elas e território é fundamental, porém o movimento deve ser na intersecção entre família, território, Estado e proteção social.

De forma geral, no direcionamento, construção e planejamento de ações na perspectiva do trabalho social com famílias, independente dos instrumentos técnico-operativos, quatro aspectos são fundamentais nesse caminho:

O primeiro refere-se à busca pela ruptura com a lógica histórica do TSF centrado no problema para a adoção da lógica ancorada nas necessidades das famílias. O Segundo aspecto reside no imperativo de transitar, sempre, entre o individual e o coletivo, abandonando a centralidade do 'caso', colocando as situações familiares singulares no conjunto das relações sociais. O terceiro aspecto relaciona-se à projeção das ações do TSF em vários planos, em busca de atuar efetivamente para que as necessidades das famílias sejam realmente atendidas. O quarto aspecto implica o reconhecimento do TSF como trabalho coletivo, no qual técnicos e gestores estão implicados. (MIOTO, 2016, p.33-34).

A ação profissional no trabalho social com famílias parte de três aspectos dialeticamente intrínsecos os quais se apresentam nos processos profissionais: político-organizativos, de planejamento e gestão e socioassistenciais (MIOTO, 2010).

Entre algumas ações na categorização de Miotto (2010) está a sistematização de informações relacionadas às famílias; a avaliação de políticas sociais; a elaboração de projetos e programas cujos objetos perpassam essas famílias; coordenação de grupos familiares; a execução de serviços socioassistenciais; a elaboração de planos individuais de atendimento; o atendimento direto às famílias através de orientação e do diálogo, a organização e a articulação de serviços e atendimento a situações singulares, entre outras.

O processo político-organizativo no trabalho social com famílias, de acordo com Miotto (2010, p.174), implicaria “[...] ações que privilegiem e incrementem a discussão da relação família e proteção social na esfera pública, visando o rompimento com a ideologia vigente da família como responsável da proteção social [...]”. No processo de planejamento e gestão, a ação com famílias tem como principal balizador a necessidade de se efetivar a intersetorialidade e retirar a tensão da responsabilização da mesma no provimento da proteção social. O último processo, socioassistencial, incide na ação direta com as famílias. Nesse ponto manifestam-se as ações dos profissionais que executam ações diretamente com as famílias através, por exemplo, de visita domiciliar e entrevista social. A lógica, aqui,

imbrica na proposta de intervenção que considere a família como sujeito ético-político<sup>3</sup>. O sentido da ação profissional deve ir além do foco na família. É nela, independente de sua configuração e conceito, que se manifestam as expressões da questão social a qual tende a ser tensionada pelo um processo de despolitização<sup>4</sup> no capitalismo monopolista.

Além disso, no trabalho social com famílias se estabelece um “campo de disputa de concepções e abordagens de família” (SARTI, 2003, p.27). Ao se refletir sobre as práticas de caráter social com famílias, deve-se atentar para duas questões: a concepção de família, segundo aqueles a quem se dirigem as políticas sociais, os “pobres”; e a concepção de pobreza a essas políticas, que faz do pobre um “outro” (SARTI, 2003).

Essa contribuição é pertinente à discussão do trabalho social com famílias no âmbito do Serviço Social, pois conforme aponta Yazbek (2003), a configuração da população usuária dos serviços socioassistenciais traz como principal característica a situação de pobreza. Tal fato explica-se pela atual conjuntura das políticas sociais, principalmente no contexto da América Latina no início do século XXI, permeada pelos ditames de organismos internacionais, como o Banco Mundial, cujo foco de combate à pobreza influi na verdade em programas de controle do pauperismo por meio de ações com foco na família pauperizada da classe trabalhadora, com ênfase em programas de transferência condicionada de renda, marcados majoritariamente pelo acesso aos direitos através de um recorte socioeconômico e por direcionamentos ideo-políticos permeado pelo ideário neoliberal.

### **Serviço Social e trabalho social com família (s): (re) aproximações.**

A relação da família como sujeito privilegiado de intervenção do Serviço Social brasileiro remonta desde a origem da profissão<sup>5</sup>, modificando-se conforme o movimento sócio-histórico da profissão.

---

<sup>3</sup> “De uma perspectiva que se diria crítica em relação ao trabalho com as famílias, é preciso basicamente tomá-las como um espaço a ser cuidado, sujeito de direitos, e não um objeto; um instrumento para diminuir conflitos resultantes das carências não atendidas”. (MIOTO, 2004b, p.16).

<sup>4</sup> Conforme Netto (1996, p. 58): “O escamoteamento da dimensão política medular da ‘questão social’ constitui o cerne da política burguesa que a quer enfrentar na idade do monopólio. É dela que derivam as formas típicas, e complementares de estratégias político-social da burguesia: a despolitização surge no tratamento da ‘questão social’ como objeto de administração técnica e/ou campo de terapia comportamental – e aqui se reconhecem as perspectivas ‘pública’ e ‘privado’ [...]”.

<sup>5</sup> “Sabe-se que o Serviço Social é uma prática profissional que nasce na sociedade capitalista no momento em que essa ordem social necessita de profissionais que administrem e controlem os conflitos de interesses gestados no mundo do trabalho (na relação antagonica entre capital e trabalho). Sendo assim, certamente seu mandato institucional recebe influência desse tipo de racionalidade”. (GUERRA, 2009, p.81).

O exercício profissional do Serviço Social, inicialmente, atrela-se ao trabalhador e a sua família (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983). Na década do surgimento da profissão no Brasil, 1930, em que o Serviço Social vincula-se com o ideário católico, há o incremento por parte do Estado de políticas públicas na área da família cujas ações se estabeleciam no viés regulador. Gerber (2009, p.36), expõe que

[...] a missão recristianizadora da Igreja proposta, a princípio, através de leigos, passou a demandar, cada vez mais, formas profissionalizadas para o desenvolvimento do processo de adaptação da classe operária à sua nova condição social, através da inculcação de novos valores e hábitos no âmbito da organização familiar, da economia doméstica, do papel feminino no lar e também no uso do tempo livre.

Nessa relação com os trabalhadores, os assistentes sociais contribuíram no processo de constituição das classes trabalhadoras urbanas com ações e práticas que disciplinavam suas formas de vida, promovendo a adaptação dessas famílias e o disciplinamento para o trabalho (ALENCAR, 2010). Aliás, ações voltadas para a família com viés moralizante remontam desde o final do século XIX, período em que se pode encontrar o início da influência higienista no Brasil.

O debate em torno do trabalho social com famílias e o Serviço Social deve ser analisado a partir da história da própria concepção da profissão. Sendo a realidade histórica e dinâmica, a forma de abordagem ao tema permeará a conjuntura histórica na qual está inserida, tornando-se necessário o estudo a partir dessa contextualização. Nesse debate estão envolvidos elementos inerentes “à própria história e desenvolvimento das profissões que atendem esse campo” (MIOTO, 2004. p.1).

Na gênese da profissão efetiva-se um olhar moralizador e conservador sobre as famílias. Essa visão continuará permeando as intervenções a partir, principalmente, de ações socioeducativas, se não houver uma mediação entre o discurso crítico e as ações profissionais, pois

o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua população usuária. Essa interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão socioeducativa, que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o “cliente” em sua inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade. (YAZBEK, 2009, p.136).

Dessa forma, pode efetivar-se o enquadramento das famílias aos parâmetros institucionais através da ação e da prestação de serviços pelo profissional a partir de um viés moralizante em que a questão social é compreendida enquanto mera questão moral.

Frente ao processo de amadurecimento intelectual e político do Serviço Social efetiva-se no Brasil o cenário político-econômico de revitalização neoconservadora, balizado no ideário neoliberal, do qual influenciou profundamente nas políticas públicas estruturadas

nesses princípios, o que carrega na fragmentação das políticas e da atenção aos usuários em um viés não universal. Conforme Iamamoto (2009, p.22):

Verifica-se a tendência de fragmentar os usuários dessas políticas segundo características de geração – jovens, idosos, crianças e adolescentes –, de gênero e étnico-culturais – mulheres, negros e índios –, abordados de forma transclassista e em sua distribuição territorial, o que ocorre em detrimento de sua condição comum de classe.

É nesse contexto que a família passa a ocupar lugar central na política social governamental, em que “a fragmentação dos sujeitos, descoladas de sua base social comum, pode ser incorporada no âmbito do Serviço Social de forma acrítica em decorrência direta das classificações efetuadas pelas políticas públicas” (IAMAMOTO, 2009, p.25).

O processo sócio-histórico, atravessado pelo Serviço Social, pode contribuir no caráter coletivo do trabalho social com famílias dando o suporte à apreensão da mesma de forma integrada e não isolada dos processos sociais e da reprodução da vida social. Porém é fundamental observar constantemente como tem se efetivado o trabalho social com famílias nesse campo de conhecimento, o que tem se discutido sobre a temática e quais os desafios postos ao profissional com seus limites e possibilidades.

Conforme pontua Yazbek (2009, p.135), “A profissão resulta de circunstâncias históricas definidas e se consolida na medida em que se constituem no país as políticas sociais e seus (precários e insuficientes) padrões de Proteção Social”. Sendo assim, essas circunstâncias se modificam e interferem no histórico da profissão bem como na apreensão dos processos de atenção às famílias os quais estão envoltos numa realidade demasiadamente conservadora (CARVALHO, 1994).

Em trabalho social com famílias, além da competência teórico-metodológica e ético-política necessária ao profissional, perpassam sobre a qualidade de sua atuação a limitação encontrada nos espaços sócio-ocupacionais, a precarização do trabalho e a exploração que permeia o trabalhador bem como os processos de trabalho coletivos. O trabalho social com famílias insere-se em uma conjuntura marcada pela contradição oriunda da relação desigual entre capital e trabalho. Dessa forma, compreende-se a limitação apontada frente aos processos de trabalho profissionais na realidade histórica social.

A teoria social crítica como paradigma imerso no processo histórico da profissão redimensionou a ação profissional, o qual se propõe refletir dois aspectos referentes ao trabalho social com famílias: como as demandas dessas famílias são interpretadas e qual a direcionalidade imposta pelas profissionais frente às demandas (MIOTO, 2010). Conforme Guerra (2009), a política social está em disputa e apresenta uma direção societária, a qual caracteriza o caráter contraditório do trabalho profissional, em que



O assistente social tem os seus espaços sócio-ocupacionais e as suas condições e relações profissionais configurados pelo padrão de – política social hegemônico. A configuração das políticas sociais, o padrão de política social vigente limita e/ou potencializam a ação do assistente social. Na contemporaneidade, o padrão de políticas sociais privatistas, mercantilistas e assistencialistas condiciona intervenções pontuais, focalistas, imediatistas, burocráticas, miméticas, repetitivas, pragmáticas e eminentemente instrumentais, exigindo determinado perfil profissional: aquele que responde às demandas imediatas. (GUERRA, 2009, p.82).

Dessa forma é importante considerar essa conjuntura de disputas e compreender que a demanda a ser considerada é a da família da classe trabalhadora, mediado pelo projeto ético-político profissional que direciona as ações e práticas profissionais ante a demanda institucional. A consideração posta é importante, pois permite reflexão quanto à direcionalidade da ação e redimensioná-la no cotidiano profissional na direção de uma transformação societária.

De acordo com Guerra (2009, p.82), dado o caráter da profissão, “o profissional pode redimensionar o alcance e estabelecer os limites da sua intervenção, bem como definir o estatuto de suas técnicas, objetos e objetivos”, propondo assim outro sentido às ações e práticas profissionais com famílias.

Esse debate demonstra que há um caráter político e ideológico envolto no trabalho social com famílias no âmbito do Serviço Social, o qual é corroborado por Silva (1987, p.39) a qual afirma que a prática profissional possui um caráter ideológico e político e o assistente social

enquanto intelectual organicamente vinculado às classes dominantes, cumpre os papéis de mediador de valores e legitimador de uma sociedade de classes, ele pode, pela própria relação dialética que dá forma às contradições, aliar-se organicamente às camadas subalternas.

Os trabalhadores sociais devem ter claras as concepções existentes em disputa, podendo identificá-las através da apreensão da realidade, das ações profissionais, dos textos das legislações sociais e do movimento do real, para assim, iluminar as ações em todos os processos profissionais que constituem o trabalho social com famílias.

Importante estabelecer o debate crítico sobre a família para o assistente social o qual está inserido em processos de trabalho coletivos, em sua maioria mediatizado por espaços institucionais públicos (GUERRA, 2009), para, assim, não correr o risco de estabelecer um viés regulador e disciplinador de ações com as famílias que pode acarretar a moralização das famílias (CARDARELLO; FONSECA, 2010).

As instituições formam e impõem valores morais, ou seja, atuam como dispositivos disciplinares baseados no saber profissional efetivando o controle, pois “[...] as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito dessa, definições

cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade [...]” (SARTI, 2003, p.23).

Retomando Cardarello e Fonseca (2010) apresenta-se uma importante contribuição ante a discussão apresentada, principalmente em relação ao aspecto do saber profissional, na qual se insere a discussão do trabalho social com famílias no âmbito do Serviço Social. Considera-se que “[...] junto com o Estado moderno, em vez da repressão pura e simples, surgiram novas tecnologias *sedutoras* de poder, calcadas nos saberes especializados [...] capazes de exercer um controle *disciplinador* sobre os comportamentos individuais”. (CARDARELLO E FONSECA, 2010, p.221, grifo do autor).

No desenvolvimento e na efetivação do trabalho social com famílias no âmbito do Serviço Social, seja em qualquer prática ou ação profissional, cabe ao profissional a compreensão desses limites e da conjuntura posta ao exercício profissional. Em meio a esse campo de disputa permeado por limites e possibilidades o profissional precisa posicionar-se. Dessa forma, é necessária a construção e o aprofundamento do debate na perspectiva histórico-crítica para se produzir conhecimento baseado no concreto e na práxis social a fim de desvendar suas múltiplas determinações sócio-históricas.

### **Considerações finais**

A família tem se constituído sujeito privilegiado de atuação profissional mediante a conjuntura com direcionamento de um projeto político-econômico demandado pelo capitalismo financeiro mediado por políticas sociais de combate à pobreza e com forte vinculação à monetarização das políticas sociais. Partindo desse cenário, a(s) família(s) não pode(m) ser apreendida(s) como objeto de atuação em si, mas um espaço de intervenção profissional que se constitui um importante meio de sociabilidade e de reprodução de valores que constituem o antagonismo entre capital e trabalho. Deve-se ter esse cuidado para não fortalecer uma prática conservadora com ênfase na família a qual promove a culpabilização dos indivíduos, a moralização da questão social e a adequação e controle dos sujeitos balizados nos textos de legislações sociais.

Sendo assim, o desafio que está posto ao Serviço Social seria estabelecer uma prática que seja balizada por um conteúdo teórico-metodológico crítico, que parte da dimensão emancipatória da instrumentalidade do exercício profissional e do atual projeto ético-político que se estabelece historicamente na profissão, caminhando assim de encontro às concepções iniciais da profissão que atuavam de forma coercitiva, conservadora e funcional. Assim considera-se o caráter contraditório da política social como mediação

sócio-histórica que tem na família um lócus de materialidade cotidiana dos programas sociais principalmente no contexto da América Latina.

Para isso é importante o conhecimento sobre os sujeitos históricos que compõem as famílias, além da apropriação de suas abordagens, concepções e da conjuntura da realidade social. Porém, antes de tudo, é base fundamental ao assistente social a apreensão histórico-crítica acerca da discussão do trabalho social com família, da conjuntura político-econômica e dos processos históricos os quais constituem, constroem e reconstroem as famílias e sua relação com a política social no processo histórico de acumulação capitalista.

Desse modo, o trabalho social com famílias constitui-se em um trabalho de elaboração e reelaboração de finalidades e reprodução de valores dotada por uma 'atividade da consciência'. Conforme Vazquez (1977, p.192) "a atividade da consciência, que é inseparável de toda verdadeira atividade humana, se nos apresenta como elaboração de finalidades e produção de conhecimentos em íntima unidade". Ainda em Vazquez (1977, p.213), "o conhecimento verdadeiro é útil na medida em que com base nele, o homem pode transformar a realidade".

A efetivação do trabalho social com famílias mediante o conhecimento do concreto e por meio do pensamento dialético carrega em si uma práxis revolucionária que permite compreender a relação entre família, trabalho e política social com vistas a transformar a realidade na qual se inserem essas famílias. A dialética como um método revolucionário, por meio de uma ação, repõe a perspectiva de totalidade, não como um aspecto desprendido de um processo histórico que condiciona a atual situação das famílias da classe trabalhadora e sua posição frente às políticas sociais.

Por meio da discussão apresentada no texto consubstancia-se uma perspectiva de conceber um trabalho social com famílias para além dos limites do capital. A discussão permite demonstrar a importância de se compreender as diretrizes do trabalho social com famílias propostos pela política social, porém não se detendo apenas na legislação social que em si é contraditória, mas em uma totalidade histórica, compreendendo a relação da família com a política social e com a ação profissional a fim de se politizar e dotar de historicidade o trabalho profissional.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. T. de. Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira. In: **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas.**

ALENCAR, M. M. T; DUARTE, M. J. de O. (orgs.). 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, v. 01, p. 151-169.

BARROS, N. V; BRAGA, C. D; FREITAS, R. de C. S. Famílias e Serviço Social – Algumas Reflexões para o debate. In: **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações contemporâneas**. DUARTE, M. J. de O; ALENCAR, M. M. T (orgs.). 2ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.

BIROLI, F. **Família: Novos Conceitos**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2014.

CARDARELLO, A; FONSECA, C. Família e parentesco. In: **Sociologia: ensino médio**. MORAES, A. C (Coord.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Coleção Explorando o Ensino; v. 15. 2010. 304 p.

CARVALHO, M. do C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: **Família brasileira a base de tudo**. Sílvio Manoug Kaloustian (Org.). São Paulo. Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

GERBER, L. M. L. **A formação dos assistentes sociais em Santa Catarina**: Um estudo sobre o primeiro curso de Serviço Social do Estado (1958-1983). 2009. p. 247. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In.: **A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação e construção do conhecimento**. BAPTISTA, M. V; BATINNI, O. (orgs.). São Paulo: Veras Editora, 2009.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais**. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009. p.15-50.

\_\_\_\_\_. Os espaços socio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais**. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 341-376.

MIOTO, R. C. T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Textos & Contextos**. Nº 3, ano III, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/979/5119>>. Acesso em: 16 de jan. de 2019.

\_\_\_\_\_. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. In: **Serv. Soc. Rev. Londrina**, v.12, n.2, p.163-176, jan/jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Família e Assistência Social: Subsídios para o Debate do Trabalho dos Assistentes Sociais. In: **Família & família: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Marco José de Oliveira Duarte, Mônica Maria Torres de Alencar (orgs.). 2 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. BRAGA, L. L. C; GOMES, T. M. (coord.). 2016. Disponível em <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf)>. Acesso em 14 de ago. de 2018.

NETTO, J. P., **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: **Família: redes, laços e políticas públicas**. ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (orgs.). São Paulo, IEE/PUC-SP, 2003.

SILVA, L. M. R. **Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia**. 3 ed. São Paulo: Cortez. 1987.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais**. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009. p.125-142.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e Assistência Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. O que é a práxis. In.: **Filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 185-244.